

Vivemos uma Crise das Identidades de Gênero?

Richard Miskolci

Texto apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS (outubro de 2005) no GT Gênero na Contemporaneidade e publicado na íntegra no CD com todos os textos apresentados no evento.

Resumo: O texto parte de uma reconstituição das teorias construtivistas sobre as identidades para verificar se vivemos uma crise das identidades de gênero por meio da análise do significado social da maior visibilidade e aceitação de gays e lésbicas. A análise se baseia na linha de estudos dos pânicos morais, a qual busca compreender a estrutura social que regula comportamentos e identidades por meio da constante rediscussão de quais podem ser aceitos e quais devem ser objeto de controle e normalização. A hipótese central do artigo é a de que os pânicos morais do presente expressam uma reação às transformações sociais vividas desde a década de 1960, sobretudo no casamento, na família e nas relações entre pais e filhos. A resistência à mudança é uma força poderosa que cria formas sofisticadas de controle social de grupos estigmatizados. No caso de gays e lésbicas, a forma prescrita de controle é a normalização de seus estilos de vida e a legalização de suas uniões, um direito que é, ao mesmo tempo, uma forma de enquadramento desses grupos em instituições como o casamento e a família.

Palavras-Chave: Identidade Social, Gênero, Gays e Lésbicas, Mudança Social, Pânicos Morais

Dentro e fora do meio acadêmico, muitos têm sugerido que vivemos uma transformação das velhas identidades em algo novo e ainda indefinido. Tudo se passa como se identidades fixas e estáveis tivessem sido modificadas por mudanças comportamentais que liberalizaram os costumes. Mulheres conquistam espaço no mercado de trabalho e na política, gays e lésbicas ganham visibilidade e até os homens heterossexuais mais modernos e vaidosos passam a ser categorizados como metrossexuais.

Aparentemente, há uma revisão dos valores tradicionalmente associados ao masculino e ao feminino, uma reconfiguração das identidades de gênero a um quadro social mais aberto à diversidade. De qualquer forma, não é certo se as mudanças se encaminham mesmo para um futuro mais plural e igualitário. Ainda menos certo é o que estrutura as transformações divulgadas pela mídia, perceptíveis no cotidiano e ainda em debate na academia. Assim, proponho discutir o jogo de permanências e rupturas segundo o qual se dá a mudança social no campo das identidades por meio da espinhosa questão: vivemos uma crise das identidades de gênero?

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que identidades são construções sociais e históricas que se apóiam em comportamentos ou estilos de vida para fixar padrões que as tornem reconhecíveis e permitam a impressão de permanência e estabilidade. Em outras palavras, identidades variam com o tempo e a sociedade em que o indivíduo se insere. Elas também são simplificações apoiadas em formas de se comportar cuja aparente “naturalidade” auxilia o autoreconhecimento e reconhecimento alheio, ainda que, na verdade, sejam realidades históricas, portanto instáveis e passíveis de transformações de acordo com os valores de uma determinada coletividade e dos interesses individuais e resistências ao que é socialmente prescrito para cada um.

A importância do foco nas identidades de gênero repousa no fato de que essas são as identidades-chave em nossa sociedade. Antes mesmo de nascermos já emerge a questão: é menino ou menina? Fica claro que lidar com identidades necessariamente exige lidar com gênero, pois como afirma Judith Butler: “Seria errado supor que a discussão sobre a ‘identidade’ deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com

padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero.” (Butler, 2003, p.37)

Gênero foi definido por Gayle Rubin (1975) como imperativos culturais que opõem homens e mulheres por meio do parentesco. O sistema sexo/gênero da antropóloga se baseava na aceitação de que existia uma base “natural” sobre a qual a sociedade imprimiria as diferenças de gênero e, por meio dessas, instauraria relações de dominação dos homens em relação às mulheres. Esse sistema foi superado pela própria antropóloga norte-americana e contestado por autores que levaram a “desnaturalização” das identidades às últimas conseqüências. Assim, Judith Butler definiu gênero como o aparelho de produção ou o meio discursivo/cultural por meio do qual “os sexos” são produzidos e estabelecidos como se fossem anteriores ao próprio discurso (2003).

Estudos de gênero necessariamente problematizam essencializações que fixam modelos de masculinidade e feminilidade baseados em atributos que seriam produto de características supostamente naturais e inatas. Toda identidade é construção histórica e social e as identidades de gênero não escapam a isso. Sua aparente naturalidade foi desconstruída teoricamente e, hoje sabemos, nada mais é do que um mito social poderoso que permite e auxilia na instauração e manutenção de desigualdades sociais por meio da atribuição de poder àqueles que nossa sociedade considera superiores, os quais seguem um modelo de identidade bem descrito por Erving Goffman: “um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do Norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com um sucesso recente nos esportes.” (Goffman, 1988, p.139)

A discussão sobre uma possível crise das identidades de gênero se relaciona, portanto, com transformações percebidas nas relações de poder entre homens e mulheres, mas também entre homens e mulheres cujas identidades são hegemônicas frente àqueles e àquelas que um dia já foram vistos como desviantes e anormais, mas que em nossos dias demandam o reconhecimento de suas diferenças. Refiro-me aqui a gays e lésbicas, mas também a outras identidades que são ainda menos reconhecidas e lidam com o estigma da anormalidade sexual e psíquica, caso de travestis e transgêneros.

A seguir, proponho uma reflexão sobre a crise das identidades de forma geral, mas que se centrará em gays como exemplo privilegiado para a análise devido a duas

características. Primeiro, devido ao fato de se tratar de um grupo ainda estigmatizado socialmente e cuja visibilidade crescente costuma ser apontada como prova de que vivemos um processo de mudança social profunda e que apontaria para a provável construção de uma sociedade mais aberta à diversidade. Mas também, e principalmente, porque a forma como gays têm entrado na ordem do dia é um meio privilegiado em termos sociológicos para a compreensão dos fatores que estruturam a mudança social em nossos dias.

Há uma crise das identidades?

A idéia de que há uma crise das identidades é perceptível pelo número de livros e textos sobre o assunto.^[1] Antes de adentrar na mesma discussão, prefiro interrogar se o termo crise é apropriado para refletir sobre identidades já que elas jamais foram fixas e, assim, não podem entrar em crise. A instabilidade e a transformação são a regra e não a exceção quando abordamos questões identitárias. Talvez o mais apropriado seja discutir a transformação das identidades, pois o termo transformação implica um processo, o qual se insere em uma estrutura maior de pressões por mudança social que enfrentam forças contrárias, as quais podemos chamar de tradicionais.

A mudança social pode se dar de forma abrupta, por meio de revoluções por exemplo, mas em geral se dá por meio de transformações que mesclam formas tradicionais com outras mais modernas. O conceito de transformação evidencia que há processos sociais em andamento e que podemos compreender a estrutura da mudança social em suas limitações e, também, em suas possibilidades. No caso das identidades, e em particular nas identidades de gênero, o que vemos em nossos dias é um quadro que resulta de transformações sociais e históricas profundas pelas quais passamos a partir da década de 1960.

De forma geral, as principais mudanças que afetaram as identidades de gênero nas últimas décadas se relacionam às transformações na família, à entrada da mulher no mercado de trabalho, à separação entre sexualidade e reprodução assim como a maior visibilidade de gays e lésbicas (cf. Arán, 2003).

Começamos pela família. Segundo Michel Foucault, a família nuclear burguesa é um fenômeno histórico recente que se constituiu na década de 1830 (Foucault, 2001). A família permitiu o estabelecimento da esfera privada como local da afetividade e nossa sociedade se encarregou de naturalizar a organização nuclear baseada na relação pai, mãe e filhos/as como local originário da constituição dos sujeitos. No passado, era por meio da família que a sociedade regia as relações com a tradição e, assim, com as demandas de enquadramento social. Na esfera da sexualidade, a família era crucial para assegurar a conformidade aos padrões sexuais convencionais assim como à hierarquia entre os sexos.

As transformações econômicas e culturais do século XX levaram a um processo de desconstrução das bases materiais da família. Progressivamente tem se observado uma queda no número de uniões, um aumento das separações e também uma taxa de natalidade declinante. Assim, é possível afirmar que o núcleo duro da família ruiu com o questionamento da hierarquia entre os sexos e a redução da autoridade dos pais sobre os filhos. O que restou da família são relações diferenciadas entre pais e filhos e, sobretudo, as relações conjugais (cf. Dubar, 2000).

A diversificação das formas de vida privada e das relações entre os sexos levam a uma transformação das relações sociais e renegociação dos antigos valores e hierarquias. No presente, o indivíduo é convidado a desenvolver uma relação reflexiva com a coletividade e suas demandas. Alguns falam em crise da identidade masculina hegemônica, mas como bem observa Claude Dubar o que vivemos é um período de mudança e transição para novas formas de masculinidade e feminilidade, ou, mais claramente, novas relações ainda não plenamente configuradas, entre os sexos e entre os parceiros amorosos (Dubar, 2000, p.70).

A entrada de mulheres no mercado de trabalho é crescente e contribuiu para as transformações na família, sobretudo para o desenvolvimento de relações mais igualitárias com os parceiros e para um maior planejamento reprodutivo. A maternidade ainda se apresenta como uma das ancoragens culturais da feminilidade, mas convive com outros anseios como o de uma formação, uma carreira e também a divisão das tarefas no cuidado com os filhos. De forma geral, o planejamento e a própria imagem da maternidade como opção contribuíram para separar a sexualidade da reprodução.

A maior visibilidade de gays e lésbicas também alterou as formas sociais de

compreensão das relações amorosas e sexuais assim como dos possíveis arranjos familiares e parentais. Diante disso, os conservadores estão certos ao afirmarem que a família (tal como a concebem e desejariam conservar) está ameaçada. De qualquer forma, é preciso atentar para o fato de que, apesar da hegemonia simbólica, análises etnometodológicas afirmam que a família burguesa nuclear nunca foi a regra e se aproxima muito mais de uma ficção, de um ideal coletivo.^[2] Além disso, como observado acima, foram as mudanças nas relações heterossexuais que mais contribuíram para as transformações na família.

Em busca de uma resposta para a questão sobre se vivemos uma transformação das identidades de gênero devemos atentar para mudanças relacionais envolvidas na forma como compreendemos hoje o que é ser homem, o que é ser mulher, mas sobretudo como ambos se relacionam em termos sociais e amorosos. Nesse aspecto o privado e o público têm pontos de contato mais importantes do que pode parecer à primeira vista. Se quisermos focar nas mudanças e em seu grau de profundidade devemos descobrir se a vida privada em nossos dias se tornou espaço de invenção ou manutenção de formas antigas de relações, as quais, como sabemos, baseiam-se na manutenção de desigualdades. Assim, inicialmente focarei na transformação dos discursos, práticas e relações sociais nos quais algumas identidades sociais são construídas de forma subordinada. Há continuidades ou rupturas em andamento?

Nas últimas duas décadas, gays e lésbicas adquiriram visibilidade social e progressivamente setores mais liberais sinalizaram com uma maior aceitação destes que ainda são vistos como representantes de sexualidades diferentes ou até mesmo periféricas. O advento da AIDS e a luta por reconhecimento legal das uniões resultaram em uma grande pressão por transformação da forma como nossa sociedade lida com esses grupos. Mas o mesmo cenário que exige mudança origina reações. Assim, não surpreende que em um mundo social em mutação também surja uma tendência a um retorno da retórica de valorização da família. A resistência à transformação social ainda origina cruzadas morais que tentam reavivar valores e instituições tradicionais.

Se nas sociedades ocidentais contemporâneas há uma aparente aceitação progressiva de gays e lésbicas é importante não perder de vista a forma como tal “aceitação” se processa, ou seja, por meio da institucionalização e normalização de seus estilos de vida, sobretudo de suas relações amorosas. Em cerca de um século, passamos da criminalização e patologização

das relações entre pessoas do mesmo sexo para sua descriminalização, despatologização e, mais recentemente, sua incorporação ao código civil.^[3]

A aceitação não equivale à aprovação social, pois a incorporação de gays e lésbicas se dá sob os mesmos termos e valores que regeram a ordem moral de nossa sociedade nos últimos cem anos. Do pânico moral vitoriano causado pela homossexualidade em fins do século XIX ao pânico moral causado pela AIDS a partir da década de 1980, a pressão conservadora pela manutenção das instituições do casamento e da família se mantém mais poderosa do que muitos gostariam de constatar. De vilões a mocinhos e mocinhas, gays e lésbicas têm suas identidades em constante avaliação segundo os critérios morais da família, tradição e propriedade.

Gays e lésbicas adentraram na cena pública e adquiriram, ao menos nos meios mais esclarecidos e politicamente engajados, o status de vanguarda comportamental devido, sobretudo, a seus estilos de vida baseados em ideais liberais de igualdade e valorização das escolhas pessoais frente às pressões e interesses coletivos. Contribui até hoje para que essa imagem se dissemine socialmente o fato, nem sempre lembrado, de que gays são homens de classe média, predominantemente brancos, com nível universitário e tendentes ao agnosticismo.^[4]

Identidades gays e lésbicas são definidas tanto por sua classe social e valores quanto por suas sexualidades alternativas. Suas identidades são produto de condições sociais e históricas, mas não escaparam ao processo de naturalização que caracteriza a forma como nossa sociedade tende a compreender as identidades. Em outras palavras, a sociedade contemporânea naturalizou a identidade gay e a tornou um ideal cultural do presente para pessoas que se relacionam amorosamente com seus iguais, mas na verdade, essa identidade é restrita a um grupo pequeno e socialmente privilegiado.

A visibilidade e simpatia social alcançada por gays e lésbicas é importante, mas é necessário ter em mente que eles e elas não constituem toda a variedade de identidades sexuais de nossa época, antes as mais bem-sucedidas no processo social de incorporação de um pouco de diversidade no modelo férreo da heterossexualidade que já se fez crer natural, mas que hoje não titubeamos em afirmar como compulsória. A visibilidade de gays e lésbicas não encerra o modelo anterior, mas no máximo insinua a possibilidade de maior abertura

social a diferentes identidades.

É necessário ponderar que os fatos acima por si só não constituem prova de que a mudança social tem se dado nem se dará em direção à aprovação de todos os estilos de vida alternativos ou outras formas de relacionamento amoroso. O estigma sexual de outras categorias como travestis, transgêneros, sadomasoquistas, *cross-dressers* e fetichistas permanece e até se intensifica, o que é comprovado pelo pânico moral reavivado com relação à pedofilia. Além da manutenção do estigma sexual, há uma intensificação do modelo relacional monogâmico, estável e sob coabitação. Nota-se, assim, a emergência de um novo estigma que marca aqueles e aquelas que não têm par amoroso estável. Vítimas de uma sociedade que cultua uma versão anacrônica do amor-romântico, os “sem par” já constituem uma categoria estigmatizada socialmente. Sua invisibilidade e o silêncio sobre sua forma de vida corroboram tal percepção. A aceitação de identidades como a gay e lésbica não deve ser confundida com a aceitação de todas as formas existentes de prática sexual. A rejeição social de vidas sexuais sem parceiros fixos ou voltadas à experimentação contínua.^[5]

Pânicos Morais e o Casamento Gay

Desde a sua definição e classificação pela psiquiatria do final do século XIX, a homossexualidade foi definida como uma prática sexual “anormal” e “sem controle”. Até hoje, o estigma social da promiscuidade marca gays e, em menor grau, as lésbicas. Por isso, até mesmo a aceitação de suas identidades se dá desvinculada da aprovação de suas práticas. A prova disso está no fato de que a bandeira política dos grupos organizados se centra em direitos que se chocam com o estereótipo de uma vida social desregrada e irresponsável. Portanto, a aceitação social se apresenta em termos hegemônicos, por meio de instituições tradicionais que marcariam a entrada de gays e lésbicas ao mundo dos “normais” compreendidos como casais monogâmicos estáveis e com filhos.

A partir dessa constatação, podemos adentrar na análise de como a sociedade contemporânea lida com pressões por mudança social, pois o estabelecimento do direito à

parceria civil ou casamento entre pessoas do mesmo sexo como objetivo político foi o resultado de um embate entre forças tradicionais e os grupos organizados de gays e lésbicas. A bandeira da parceria civil ou casamento emergiu concomitantemente com o pânico moral gerado pelo HIV. Não por acaso, os primeiros países a concederem a parceria civil a pessoas do mesmo sexo o fizeram na década de 1980, sob a justificativa de que esse direito incentivaria a constituição de relações estáveis e coibiria o avanço da epidemia de AIDS.^[6] Judith Butler pondera que a luta pelo casamento é uma resposta envergonhada do movimento gay e lésbico aos estigmas sociais que lhes foram atribuídos nas últimas décadas:

“Faz sentido que o movimento gay e lésbico se volte para o Estado, dada sua história recente: a tendência recente para o casamento gay é, de certo modo, uma resposta à AIDS e, em particular, uma resposta envergonhada, uma resposta na qual a comunidade gay busca desautorizar sua chamada promiscuidade, uma resposta na qual parecemos saudáveis e normais e capazes de manter relações monogâmicas ao longo do tempo.” (Butler, 2003a, p.239)

Os pânicos morais costumam ter origens diversas, mas são particularmente poderosos quando se referem à sexualidade. Aliás, pânicos relativos ao comportamento sexual costumam mascarar preocupações outras como a retórica conservadora sobre perigo de desorganização social e decadência moral. No caso particular de gays e lésbicas, os conservadores sempre enfatizaram sua suposta ameaça às instituições sociais consideradas estruturantes como o casamento, a família e o parentesco.

O conceito de pânico moral permite lidar com processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social. Erich Goode e Nachman Ben-Yehuda (2003) definem pânico moral como o consenso, partilhado por um número substancial de membros de uma sociedade, de que determinada categoria de indivíduos ameaça a sociedade e a ordem moral. Portanto, esse número considerável de pessoas que se sentem ameaçadas tende a concordar que “algo deveria ser feito” a respeito desses indivíduos e seu comportamento. O algo a ser feito aponta para o fortalecimento do aparato de controle social, ou seja, novas leis ou até

mesmo maior e mais intensa hostilidade e condenação pública a determinado estilo de vida.

Em nossos dias, há uma tendência a pensar a sociedade como se estivesse sob ameaça constante. Nos termos de Ulrich Beck, vivemos em uma sociedade de risco, ou seja, marcada pela percepção de que a modernidade aumenta a exposição da coletividade a perigos. A teoria da sociedade de risco permite compreender melhor como se dá o processo de ansiedade coletiva diante de pânicos morais. A gestão ou controle dos riscos torna-se o objetivo último da coletividade e leva à criação de novas formas de controle social.

Se o passado foi marcado pelo poder disciplinar tão bem descrito por Foucault, em nossos dias prevalece uma forma de poder baseada no controle.^[7] Os pânicos morais são fenômenos privilegiados nessa nova ordem do poder, pois levam à discussão sobre o controle social e legal apropriado de uma forma de comportamento. Os empreendedores morais, ao invés de propor a criminalização e o aprisionamento tendem a sugerir medidas educacionais, de prevenção e regulamentação legal.

Os pânicos morais são uma característica da sociedade contemporânea, na qual a moralidade não é mais redutível a um conjunto de regras simples pronunciado por líderes religiosos ou políticos. Vivemos em um período em que é preciso debater e renegociar a toda hora os limites morais da coletividade (cf. Thompson, 1998). Nos momentos de renegociar esses limites, aumenta a preocupação com certo tipo de comportamento, ao que se segue maior hostilidade com relação a ele até se chegar a um consenso sobre um grupo ou categoria social. O pânico moral fica plenamente caracterizado quando a preocupação aumenta em desproporção ao perigo real e gera reações coletivas também desproporcionais.

A política simbólica que estrutura os pânicos morais costuma se dar por meio da substituição, ou seja, grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto porque ele representa, na verdade, outra questão. Um exemplo é a descriminalização da homossexualidade, a qual fez com que aqueles que gostariam de denunciá-la como imoral tivessem que encontrar outras formas, dentre as quais se destaca o ressurgimento do temor da pedofilia. A partir desse caso, é possível perceber que todo pânico moral esconde algo diverso por trás do medo enunciado.^[8] Preocupações e temores de um dado momento histórico expressam lutas de poder entre grupos sociais, valores e normas. Assim, pânicos morais nunca são espontâneos. Eles são produto da catalização de temores já

existentes na coletividade, os quais na verdade se relacionam a uma disputa sobre quais valores e normas sociais virão a prevalecer no contexto da mudança social.

Ao estudar um pânico moral explicitamos como nossa sociedade associa determinadas transformações com ameaças. Na sociedade de risco, o temor com relação às sexualidades não-hegemônicas revela que as fronteiras morais são renegociadas na moeda do controle social.

No caso da tão aclamada visibilidade gay e lésbica que se dá com a adesão até de simpatizantes da causa, o pânico moral parece ter como solução a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. Mas o casamento é apenas um passo em busca da aprovação social, o segundo é a parentalidade, a qual se relaciona à necessidade de fazer frente a outro estigma que ainda se associa indiscriminadamente a homens gays: o estigma da pedofilia. Tudo se dá como se o casamento e a parentalidade fossem as únicas formas para redimir gays da imagem vitoriana de “perigo” para a ordem social. É como se a dupla de homens legalmente casados e com filhos fosse o modelo incontornável para apagar do imaginário coletivo as antigas figuras de promíscuos e pervertidos sexuais.

Não é de se estranhar que a luta pela parceria civil se associe àquela pelo direito à parentalidade (natural ou por adoção). A paternidade se torna um componente importante da identidade masculina a partir do casamento (Costa, 2002). Em termos simbólicos, a paternidade é associada à responsabilidade em oposição à suposta irresponsabilidade da vida de solteiro, a qual é compreendida como marcada por uma vida sexual anárquica devido à suposta ausência de um parceiro fixo.

O atributo moral da paternidade ainda se funda no papel de provedor do homem, de sua capacidade de dar sustento material aos filhos e à família como um todo. No caso de gays e lésbicas, não se deve desprezar a vontade de refutar o estigma de esterilidade que durante décadas serviu como uma das justificativas para a desqualificação e até mesmo patologização da homossexualidade. Em particular no caso de gays, por se tratarem de homens cuja virilidade permanece sob suspeita, a paternidade é uma forma de provar sua fertilidade, valor crucial na definição da masculinidade hegemônica.

A questão que não cala é até que ponto a parentalidade gay ou lésbica não se associa

menos a um desejo de ter filhos e mais a um meio de obtenção de reconhecimento social? Questão espinhosa e que, apesar das diferenças, também marca estudos sobre casais heterossexuais que buscam técnicas reprodutivas como a reprodução assistida para terem filhos a qualquer custo.

Segundo a etnografia recente empreendida por Flávio Luiz Tarnovski com pais gays, as referências familiares permanecem heterossexuais mesmo em casais formados por pessoas do mesmo sexo, ou seja, baseiam-se no valor da parentalidade biológica, nos papéis dicotômicos de pai e mãe relacionados a características culturalmente hegemônicas de masculinidade e feminilidade (cf. Tarnovski, 2005, p.407). Portanto, não há uma parentalidade gay, pois a parentalidade é vista, sobretudo, como prova de normalidade, meio para aceitação social.

Casais gays mantêm como padrão de referência o sistema de parentesco socialmente reconhecido. Assim, em um casal formado por dois homens, por exemplo, um é o pai por ser o provedor biológico da criança e a mãe é a que gestou e/ou foi a parceira reprodutiva. O parceiro do pai não é outro pai nem segundo pai. Em suma, em um arranjo doméstico diferente permanecem referenciais tradicionais, biologicamente fundados e socialmente reconhecidos.

Tarnovski mostra diferenças na forma como gays lidam com suas identidades sociais em diferentes nações. Enquanto na América do Norte e na Europa parece prevalecer um modelo de “auto-exclusão” orgulhosa, no contexto brasileiro predomina a aceitação e a vontade de uma inclusão silenciosa. Em outras palavras, aqui há a valorização do sistema de parentesco como fonte de identidade social ao invés da identidade sexual (Tarnovski, 2005, p.409). Retrato de uma situação aparentemente ambígua, mas que se revela tradicional já que a recusa da classificação sexual não aponta para uma reação ao estigma de uma sexualidade desviante, antes à aceitação de instituições hierárquicas como única forma de inserção social. O silêncio sobre as práticas sexuais é o preço de uma aceitação baseada no silêncio, ou seja, em que parentes fingem não saber o que presumem se dar. As relações que julgam anormais permanecem inaceitáveis, o que é corroborado pela prescrição da invisibilidade e do silêncio, duas formas complementares de negar sua existência.

Reduzir a sexualidade e as relações afetivas ao casamento já não é mais plausível nem

mesmo nas relações entre pessoas de sexos opostos, mas curiosamente é compreendido como o procedimento correto para pessoas do mesmo sexo. Passamos do pânico de que gays e lésbicas ameacem o casamento e a família para um quase consenso de que cabe a eles manterem vivas as mesmas instituições que antes constituíam o local onde primeiro adquiriam o estigma social. É a prova de que a transformação societária pode se dar de forma perversa, baseada na manutenção, por grupos que já representaram a vanguarda da mudança social, de valores e estruturas tradicionais.

O paradoxo acima nem bem se sedimentou, portanto é cedo para afirmarmos que tudo se dará como o esperado. De qualquer forma, não é exagero supor que progressivamente sejam concedidos direitos de casamento e adoção a gays e lésbicas em muitos países. A aprovação recente do casamento gay na Espanha e no Canadá corrobora essa probabilidade. Os efeitos que essa concessão causará também ainda parecem difíceis de se descrever para além da já discutida tendência de enquadramento e normalização social desses grupos. O casamento e a parentalidade gay não são ligados à afirmação da diferença, antes a tentativas de provar que elas não existem.

No cômputo geral dos temas discutidos, já reside a descoberta de que há muitas questões além da distinção das relações amorosas entre com pessoas do sexo oposto e as que se dão entre pessoas do mesmo sexo. Afinal, gays e lésbicas casados e com filhos podem ser, mesmo que parcialmente, incorporados à ordem hegemônica.

Algumas questões importantes permanecem sem resposta, mas por isso mesmo merecem ser formuladas aqui. O que acontecerá com aqueles cujas formas de viver sua sexualidade e vida amorosa não são passíveis de enquadramento em casamento-família-parentalidade? E com aqueles que resistem e se negam a buscar reconhecimento legal para suas relações amorosas? Ficarão eles associados ao que restou do estigma sexual da anormalidade, perversão e promiscuidade? Por fim, restará algum grupo social ao qual relacionaremos expectativas de resistência ao controle social?^[9] Afinal, a resistência à normalização e a luta política se revelaram sinônimos enquanto a luta por direitos nos termos do presente se revelou uma forma de cooptação consentida.

Caminhamos para a igualdade, a diversidade ou a normalização?

Após a discussão sobre uma questão contemporânea que permite deslindar os mecanismos da mudança social em nossos dias, agora é possível chamar a atenção para mais um aspecto envolvido na tentativa de responder à dúvida sobre se vivemos ou não uma transformação das identidades de gênero. O avanço seria caminhar para a igualdade como acreditavam a maioria das feministas até pouco tempo ou deveríamos adotar um objetivo de reconhecimento das diferenças que levaria em conta a diversidade de identidades e práticas sexuais? Essa é uma questão com ao menos duas respostas, uma teórica que já esboçamos e outra, política, que só poderemos alcançar de forma menos precisa e definitiva no final deste artigo.

Não temos como avançar na discussão da transformação das identidades de gênero sem critérios para avaliar o que é mudança social ou apenas uma nova embalagem para formas mais antigas de organização das relações interpessoais e societárias. Transformações podem ser progressistas ou reacionárias, podem apontar para a mudança de valores ou a manutenção de visões do passado. Assim, a mudança das identidades de gênero só pode ser avaliada por meio da discussão da transformação ou manutenção das hierarquias que privilegiam homens heterossexuais em detrimento de mulheres, gays, lésbicas e outras categorias identitárias.

Associada à investigação sobre a forma como as hierarquias se mantêm ou se transformam está o questionamento e a reflexão sobre os valores associados ao masculino e ao feminino. A questão sobre se vivemos uma nova configuração das relações de gênero deve ser associada a uma outra, qual seja, se conseguimos finalmente desnaturalizar as categorias masculino e feminino de forma a poder atribuir à última a mesma valoração do primeiro.

Infelizmente, todas as pesquisas indicam a manutenção do desprestígio do feminino.^[10] Mulheres ainda são vistas como marcadas pela emoção e pela sensibilidade,

pseudo-qualidades que encobrem a desqualificação de seus anseios de ascensão profissional e liderança política. Até mesmo entre gays isto é notado, pois, para eles, o distanciamento das marcas do feminino, sintetizado na figura da “bicha”, é recorrente.^[11]

Na conjugalidade de homens gays, os quais vivenciam a execução de tarefas do lar tradicionalmente associadas às mulheres, o valor mais caro de não associação ao feminino permanece. Em pares lésbicos, observa-se a naturalização de certas funções, como próprias do universo feminino, tais como cuidados com a casa e com a relação. Também se dá uma valorização do companheirismo em detrimento do sexo. Sobre põe-se assim, a afetividade à racionalidade, ou seja, de forma a manter a associação entre feminilidade com a primeira e racionalidade com o universo masculino (cf. Heilborn, 2004).

Nossa sociedade ainda tende a naturalizar, ou seja, conferir uma natureza biológica às identidades e, assim, fixar comportamentos historicamente mutáveis e socialmente formados como se constituíssem espécies imutáveis. Dessa forma, identidades de gênero continuam a ser enquadradas em expectativas sociais que se baseiam na manutenção de formas estabelecidas de relações interpessoais, amorosas e, principalmente, em uma desigualdade que persiste de forma mais ferrenha do que supõem os olhares menos atentos e excessivamente otimistas.

Apresentei o cenário social que a teoria apresenta em suas minúcias, mas que cabe à política transformar. A oposição entre teoria e política se aprofundou nos últimos anos, mas se trata de uma oposição ilusória e empobrecedora quer para os acadêmicos quer para os ativistas. A desilusão com a suposta inaplicabilidade dos avanços teóricos à prática política tem provocado uma regressão dos movimentos sociais mais radicais a bandeiras do passado. Assim se dá com a rejeição da desconstrução das categorias identitárias. Esse avanço crítico na prova de que condições existentes podem ser mudadas por meios culturais tem sido interpretado como a destruição do sujeito da luta política. Um exemplo é a retomada da categoria mulher como sujeito do feminismo, a qual tende a ignorar as discussões acadêmicas e reforçar antigos binarismos heterossexistas e raciais (Cf. Butler, 2003; Piscitelli, 2002).

A categoria mulher como sujeito do feminismo tinha validade no início do movimento e dentro de um quadro político baseado em crenças da modernidade como o universalismo, o progresso e a luta por direitos. No quadro presente, a afirmação do universalismo se depara e

tenta contornar as diferenças assim como se defronta com a não realização de expectativas de progressos contínuos e irreversíveis. Daí a vantagem de encarar o presente com as ferramentas disponibilizadas pela teoria, a qual não apenas des-construiu os antigos sujeitos políticos ao evidenciar sua historicidade e cisões, mas também demonstrou a existência de formas diversas de resistência ao poder.^[12]

Por fim, é possível afirmar que, ao contrário do que parece, não vivemos uma crise das identidades de gênero, antes uma mudança na percepção teórica e política sobre elas. Na academia, está em processo um refinamento teórico que permite compreender de forma mais aprofundada os processos sócio-históricos de construção de identidades.^[13] Na luta política, baseados em sujeitos-identidades socialmente criados ou colocando-os em xeque, é claro o objetivo de transformação das relações de poder que instituem identidades hegemônicas às custas da subalternização e invisibilização de outras.

As identidades estão sempre em “crise”, já que sua estabilidade é fictícia, o resultado de artifício social que minimiza as constantes transformações para as apresentar como fixas de forma a estabilizar relações para consigo e com os outros. No caso das identidades de gênero, há pressões por mudança nas expectativas sociais sobre os gêneros e o desejo de maior atribuição de poder aos indivíduos para que possam decidir sobre suas escolhas e estilos de vida. Ao mesmo tempo, as forças coletivas resistem à mudança ou incorporam algumas demandas seguindo padrões estabelecidos, portanto de forma a evitar rupturas e cobrando seu preço na moeda do controle social.

Referências Bibliográficas

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Rev. Estud. Fem.*, jul./dez. 2003, vol.11, no.2, p.399-422.

ARROYOS, Rosana C. Que homem sou eu? Um Estudo sobre Masculinidades entre Alunos

de Graduação da UFSCar. Monografia para a conclusão da graduação em Ciências Sociais. Orientador: Richard Miskolci. São Carlos, mimeo, 2005.

BECK, Ulrich. *Risk society*. London, Sage, 1992.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu* (21). Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2003a.

COSTA, Jurandir Freire. *Sem Fraude nem Favor – Estudos sobre o Amor Romântico*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998.

COSTA, Rosely Gomes. Reprodução e Gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. *Revista Estudos Feministas*. vol. 10, n.2, p.339-356. Florianópolis, UFSC, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo, Editora 34, 2004.

DUBAR, Claude. *La Crise des Idéités – L'interprétation d'une mutation*. Paris, PUF, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1988.

GOLDENBERG, Mirian. *De Perto Ninguém é Normal- Estudos sobre Corpo, Sexualidade, Gênero e Desvio na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2004.

_____. O macho em crise: um tema em debate dentro e fora da academia. In: Goldenberg, M. (Org.) *Os Novos Desejos*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000, p.13-39.

GOODE, Erich & BEN-YEHUDA, Nachman. *Moral Panics – The Social Construction of Deviance*. Malden, Blackwell Publishing, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é Par – Gênero e Identidade Sexual em Contexto Igualitário*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

MISKOLCI, Richard. Corpo, Identidade e Política. In: Anais Online da Reunião Bianual da Sociedade Brasileira de Sociologia. Belo Horizonte, junho de 2005. Disponível na seção de comunicações, GT Sexualidade e Transgressões, em www.sbsociologia.com.br

_____. Estética da Existência e Pânico Moral. In: Rago, Margareth et alli (Orgs.) *Figuras de Foucault*. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A Construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte, Editora UFMG/IUPERJ, 2004.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e Estética da Existência em Michel Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

PELÚCIO, Larissa Maués. Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. In: *Revista AntHropológicas*. Recife, Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPE), 2004, vol. 15 (1), p.123-154.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher? In: *A Prática Feminista e o Conceito de Gênero*. Textos Didáticos. N.48 Campinas, IFCH/UNICAMP, 2002. p.7-42

RAGO, Margareth. Mujeres Libres: anarco-feminismo e subjetividade na Revolução Espanhola. In: *Verve*. N. 7 São Paulo, NUSOL-PUC_SP, 2005.p.132-152

RUBIN, Gayle. The traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy of Sex’” In: Reiter, Rayna. *Toward an Anthropology of Women*. Monthly Review Press, New York, 1975.

_____. *Thinking Sex*. In: ABELOVE, Henry et alli. *The Lesbian and Gay Studies Reader*. London/New York, Routledge, 1992

SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade Masculina e Curso da Vida: Pensando Idades e Identidades Sexuais. In: Piscitelli, Adriana et alli. (Org.) *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005. p.415-447

SWAIN, Tania Navarro. Heterotopias de Mim. In: Rago, Margareth et alli. *Imagens de Foucault e Deleuze – Ressonâncias Nietzscheanas*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. “Pai é tudo igual?”: Significados da Paternidade para Homens que se Autodefinem como Homossexuais. In: Piscitelli, Adriana et alli. (Org.) *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005. p.385-414

THOMPSON, Kenneth. *Moral Panics*. London, Routledge, 1998.

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e coordenador do Grupo de Pesquisa Corpo, Identidade Social e Estética da Existência.

^[1] Cf. Dubar (2000), Goldenberg (2000), Costa (2002), Heilborn (2004), Simões (2005) e Tarnovski (2005).

^[2] Pierre Bourdieu afirma que a família nuclear burguesa padrão jamais foi um modelo social generalizado e que, antes de mais nada, sempre foi um padrão acessível apenas às classes mais abastadas. Análise similar é apresentada por Oliveira (2004, p.53).

^[3] Desde a invenção da homossexualidade pela psiquiatria em 1870, no célebre texto de Westphal sobre as sensações sexuais contrárias, as relações sexuais e amorosas entre pessoas do mesmo sexo foram progressivamente incorporadas também ao código penal. O processo de despatologização e descriminalização dessas relações demorou cerca de um século e é apenas a partir da década de 1980 que tais relações adentram nos códigos civis de alguns países, em particular na forma do reconhecimento de uniões estáveis, ou seja, como parceria civil ou casamento.

^[4] Pesquisa feita pelo Datafolha durante a Parada do Orgulho Gay de 2005 revela que metade dos gays participantes da parada tem educação superior completa e 43% tem renda superior a R\$2.600,00. Além disso, este grupo tem um perfil religioso muito distinto do restante da população brasileira, com maioria de católicos (36%), mas com grande número de kardecistas (19%), ateus e sem religião (23%). Cf. *Visões do Paraíso*. In: *Caderno Mais*. Folha de S.

Paulo. 19 de junho de 2005.

^[5] A partir do estudo de Maria Luiza Heilborn (2004) sobre gênero e identidade sexual em relações conjugais contemporâneas, é possível afirmar que, independentemente da orientação sexual, os indivíduos ainda atribuem um valor muito grande à conjugalidade e ao ideal atualizado do par romântico como complemento necessário para a felicidade. Em tempos de refluxo conservador, ninguém mais parece questionar a pressão social para que se viva amorosamente de forma estável e sempre com um par fixo. Aqueles que não respondem a essa demanda social passam a vivenciar um estigma. Jurandir Freire Costa alude a esses novos “párias” sociais, os sem par, aqueles que nem mesmo constituem identidades minoritárias nem tem como se voltar contra a fonte social de sua discriminação, o que os obriga a lidarem com o estigma de “infelicidade”, “frustração” ou “narcisismo”. (cf. Costa, 1998, p.35)

^[6] No Brasil, o termo utilizado desde a proposta de Marta Suplicy do Projeto de Lei 1.191/95 é parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. Na Alemanha, França, Suécia, Dinamarca, Noruega e Islândia o que já existe é a parceria civil. Bélgica, Canadá, Espanha e Holanda reconhecem o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A questão semântica é relevante, pois mesmo quando se trata de parceria civil o que está em jogo são as noções tradicionais de casamento, família e parentalidade. Sobre a questão consulte Melo, Luiz. Política Sexual e Conjugalidade Homossexual no Brasil Contemporâneo. In: CD 28 Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, 2004.

^[7] Sobre o poder disciplinar veja Foucault, 1997. A respeito da nova ordem do controle consulte Deleuze (2004), em especial os subcapítulos Controle e Devir e Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle, p.209-226.

^[8] Um exemplo de estudo clássico de pânico moral centrado na sexualidade foi empreendido por Gayle Rubin em seu célebre texto de 1984 *Thinking Sex*. Recentemente, na 102ª Reunião Anual da American Anthropological Society, Rubin e Carole Vance discutiram a importância de retomar o uso do conceito de pânico sexual (cf. Piscitelli et alli, 2005, p.9).

^[9] Larissa Pelucio apresenta reflexões importantes sobre um grupo muitas vezes associado a gays e lésbicas, mas que é muito distinto. Refiro-me aqui às travestis, as quais mesmo sofrendo maior estigma sexual partilham de valores morais e concepções de identidade hegemônicas. Não seria exagero afirmar que a concepção de identidade feminina que serve de modelo às travestis (e seus admiradores) é das mais conservadoras, naturalizadas e,

sobretudo, subalternizadas. Travestis afirmam uma feminilidade essencializada e inferior. Não por acaso, suas concepções amorosas e sexuais têm um parentesco ainda pouco explorado com o escravismo e seu legado em sociedades como a brasileira. Até mesmo a linguagem que utilizam deriva do dialeto africano conhecido como iorubá-nagô (Cf. Pelucio, 2004).

^[10] Em pesquisa desenvolvida a partir de 1998 com jovens de classe média da zona sul do Rio de Janeiro, Mirian Goldenberg (2004) comprova a manutenção do desprestígio do feminino. Um dos melhores exemplos é o fato de que cerca de 40% dos rapazes entrevistados responderam à questão sobre o que mais invejam em uma mulher com a opção nada. O mesmo se dá em contextos diversos, como comprova a mesma estatística levantada em uma monografia orientada por mim na UFSCar este ano (cf. Arroyos, 2005).

^[11] Sérgio Carrara, em seu artigo “Só os viris e discretos serão amados?”, fez a seguinte observação: “Na pesquisa do Datafolha, chamou a atenção o fato de 76% dos entrevistados concordarem, total ou parcialmente, com a idéia de que "alguns homossexuais exageram nos trejeitos, o que alimenta o preconceito contra os gays". A pesquisa do Rio revelou que, entre os homens homossexuais, 44,6% preferem parceiros "mais masculinos", contra apenas 1,9% que os preferem "mais femininos" (para íntegra dos resultados ver www.clam.org.br). Para alguns, por aumentar o preconceito, a feminilidade parece politicamente incorreta nos homens. Para outros, deve ser cuidadosamente policiada pelos que se aventuram no mercado dos afetos e paixões.” In: *Visões do Paraíso. Caderno Mais. Folha de S. Paulo*, 19 de junho de 2005.

^[12] Refiro-me particularmente aos estudos empreendidos por Margareth Rago (2005) e Tania Navarro Swain (2002) a respeito das subjetivações que resistem ao poder, às investigações de Francisco Ortega (1999) sobre a amizade assim como a meus textos recentes sobre estética da existência (Miskolci, 2005).

^[13] Sobre os avanços teóricos na compreensão das identidades sociais e suas relações com os corpos consulte meu texto *Corpo, Identidade e Política* apresentado no GT Sexualidade e Transgressões da Reunião Bianual da Sociedade Brasileira de Sociologia em junho de 2005.

voltar